

O ENSINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL SOB A PERSPECTIVA HISTÓRICO-CRÍTICA E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

EDUCATION IN CHILDREN UNDER THE HISTORICAL-CRITICAL PERSPECTIVE AND ITS IMPORTANCE FOR HUMAN DEVELOPMENT

Helloysa Braguetto Moreira¹Paulino José Orso²

Resumo: O presente artigo é resultado de estudos e pesquisas desenvolvidos no curso de especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica do Centro Técnico-Educacional Superior do Oeste Paranaense-CTESOP. Trata-se de um estudo de caráter bibliográfico com o objetivo demonstrar que o ensino organizado e planejado na educação infantil apresenta grande possibilidade de viabilizar o pleno desenvolvimento da criança por meio da apropriação das qualidades humanas produzidas historicamente. Pautado na Pedagogia Histórico-Crítica e na psicologia histórico-cultural, primeiramente, contextualizamos a infância e o ensino, apontando alguns aspectos históricos e a concepção do desenvolvimento da criança na perspectiva da psicologia histórico-cultural. Depois, analisamos o ensino na educação infantil pautado na pedagógica histórico-crítica com o intuito de verificar a importância dessa teoria na realização do trabalho pedagógico com vistas ao desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Educação Infantil; Desenvolvimento humano; Pedagogia histórico-crítica.

Abstract: This article is the result of studies and researches developed in the specialization course in Institutional and Clinical Psychopedagogy of the Upper Paraná Technical and Educational Center-CTESOP. This is a bibliographical study with the objective of demonstrating that organized and planned education in children's education presents a great possibility of making possible the full development of the child through the appropriation of the human qualities produced historically. Guided by Historical-Critical Pedagogy and historical-cultural psychology, we first contextualize childhood and teaching, pointing out some historical aspects and the child's conception of development in the perspective of historical-cultural psychology. Then, we analyze the teaching in children's education based on historical-critical pedagogy in order to verify the importance of this theory in the accomplishment of the pedagogical work with a view to human development.

Keywords: Infant Education; Human development; Historical-critical pedagogy.

A proposta deste artigo é refletir sobre a importância do ensino na Educação Infantil, no que diz respeito ao desenvolvimento humano, viabilizado pela Pedagogia Histórico-Crítica, amparada na teoria da aprendizagem proposta pela psicologia histórico-cultural, que supõe um ensino organizado, planejado e sistemático voltado para o pleno desenvolvimento da criança.

Ao realizarmos reflexões acerca do ensino na educação infantil nos reportamos, de início, ao fato de que a concepção de infância tal qual conhecemos atualmente nem sempre existiu. As discussões que têm sido realizadas se referem a esta etapa da vida como uma descoberta que foi construída de forma histórica e social. (OLIVEIRA, 2002; MELLO, 2007).

Segundo Ariés “até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la”. Isso não significava que não havia a possibilidade desse reconhecimento, a questão é que talvez “não houvesse lugar para infância nesse mundo” (1981, p. 50). As crianças eram

¹ Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e Professora Pedagoga da Rede Estadual de Ensino do Paraná. E-mail: paulinorso@uol.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8127-0699>.

² Doutor em História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas e Docente dos Cursos de Pedagogia e do Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: paulinorso@uol.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9126-3276>.

representadas na forma de miniatura, ou seja, a única distinção entre adultos percebidos nas obras de arte eram o seu tamanho, porém, as características não traziam a criança à lembrança. É somente a partir do século XIII, que surgem imagens de crianças que se aproximam melhor da concepção moderna.

Nesta perspectiva, atentamos para o fato de que o sentimento de infância foi se consolidando ao longo do tempo, sendo resultado de um período de transformações culturais. Contudo, a descoberta da infância ocorre de forma mais específica a partir do Renascimento Italiano no século XV. Nessa época, a criança era vista como um ser inacabado e que precisava de outras pessoas para garantir sua sobrevivência.

Diante dessa conjuntura, o sentimento de infância que começa a se verificar na sociedade provoca mudanças no papel da criança e também a necessidade de pensá-la sob outra perspectiva. Dessa forma “[...] o atendimento às crianças se torna possível a partir do momento que essa criança tem existência e um papel social significativo, a ponto de provocar a preocupação, o cuidado e a atenção dos adultos para com ela” (SARAT, 2001, p. 136).

Outro fator que provoca a necessidade da criação de instituições que atendessem as crianças está ligado às transformações sociais no sentido do advento de uma nova forma de organização da sociedade, isto é, o modo de produção capitalista, que implica em mudanças tanto na estrutura familiar quanto no mundo do trabalho. Diante disso, a mulher é inserida no mercado de trabalho, o que acaba por retirar o seu papel de membro responsável pelo cuidado dos filhos, acarretando na exigência de um local em que os filhos desses trabalhadores pudessem ser recebidos e atendidos (SARAT, 2001).

Porém, é preciso lembrar que inicialmente o caráter dessas instituições pré-escolares não tinha por objetivo o ensino, pois, eram somente assistencialistas, recebendo as crianças mais pobres. Concomitante a isso, ocorre a criação do jardim de infância no ano de 1840. Nesse sentido, Kulmann Junior (1998, p. 73) aponta que

o jardim de infância criado por Froebel, seria a instituição educativa por excelência, enquanto a creche e as escolas maternas [...] seriam assistenciais e não educariam. Entretanto, essas últimas também educavam – não para a emancipação, mas para a subordinação.

Com essa afirmação, fica evidente que havia uma dicotomia entre as instituições, isto é, existiam aquelas de caráter somente assistencialista, onde os que frequentavam eram os filhos dos trabalhadores explorados e aquelas cujo foco principal era a educação.

Diante desse processo histórico perpassado pelas escolas de infância, com mudanças e desdobramentos, emerge a necessidade de educar as crianças em detrimento do único objetivo de cuidar. Isso implica em que o caráter histórico “assistencialista” de um local de “depósito de crianças” tenha que ser superado para um lugar de aprendizagem. Segundo Iza e Mello (2009, p. 284).

A história da origem das creches, associada ao longo tempo de permanência junto à promoção social, cristalizou, por muito tempo, uma visão de exclusividade do ‘cuidar’ no trabalho das professoras de crianças pequenas, em detrimento de uma intencionalidade educacional de qualidade, que envolvesse, por exemplo, o desenvolvimento da autonomia na criança.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 concede o direito à educação para crianças de 0 a 5 anos com atendimento em creches, centros educacionais e pré-escolas. Entretanto, com a emenda constitucional 59³ de 11 de novembro de 2009, a matrícula a partir dos 4 anos passa a ser obrigatória. Assim, no dia 5 de Abril de 2013, a ex-presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.796 que determinou estas alterações na LDB.

Mediante as mudanças de leis e a necessidade dos pais impostas pela sociedade, as crianças, em

³ “Art. 1º Os incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal, passam a vigorar com as seguintes alterações: ‘Art. 208- educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (NR)’ (BRASIL, 2009).

seus primeiros anos de vida, vem frequentando cada vez mais as instituições escolares.

Isso implica pensarmos no que se realiza nessas instituições, pois, as crianças que frequentam a escola na faixa etária dos 3 aos 5 anos estão, muitas vezes, submetidas a práticas educativas que

se sustentam em concepções superadas acerca da relação entre educação e desenvolvimento, o que conduz a equívocos que empobrecem o desenvolvimento, em nome de garantir a antecipação de aprendizagens próprias da escola de Ensino Fundamental. (MELLO, 2007, p. 83).

De acordo com Pasqualini

Trata-se de um segmento historicamente desprovido de *identidade*, atrelado a finalidades extrínsecas, ora se apoiando em modelos domésticos ou hospitalares (Cerisara, 2002), ora reproduzindo o formato característico do ensino fundamental – desconsiderando as peculiaridades da faixa etária. (2011, p. 60).

Outro aspecto importante a ser mencionado se relaciona ao fato das crianças que, desde muito cedo, preenchem todo o seu dia com atividades diversas, tais como aula de música, teatro, natação, dança, balé, idiomas “fazendo com que a infância – esse período da vida em que o ser humano não precisa ainda produzir sua sobrevivência – se faça um tempo útil de preparação para a vida produtiva” (MELLO, 2007, p. 85).

Portanto, como cada vez mais as crianças chegam nos Centros de Educação Infantil e pré-escolas, é necessário compreendermos que o ensino organizado e planejado na primeira infância pode promover a máxima apropriação das qualidades humanas, possibilitando que os mesmos desenvolvam-se de forma que sejam minimizadas as dificuldades que poderão existir nas etapas seguintes.

Ao refletirmos sobre estas afirmações, percebemos que a educação é o processo no qual as crianças iniciam o desenvolvimento, uma construção humana que comporta a relação entre o indivíduo e a sociedade que está inserido. Assim, as atividades desenvolvidas na escola de educação infantil devem proporcionar condições para o seu avanço, seja ele físico ou intelectual.

Tratar do ensino-aprendizagem sob a perspectiva da Pedagogia histórico-crítica implica em conhecer e compreender a concepção de apropriação do conhecimento que embasam essa teoria pedagógica. À vista disso, nos referimos à psicologia histórico-cultural⁴, enquanto teoria que norteia os processos de aprendizagem. Pasqualini, amparada nos estudos de Vigotski, afirma que “o bom ensino é aquele que conduz o desenvolvimento, atuando sobre aquilo que ainda não está formado na criança: ‘o ensino deve fazer o desenvolvimento avançar’” (2010, p.173).

Nesta perspectiva, é possível afirmar que as aquisições humanas não se fixam sob a forma de herança biológica ou genética e que a apropriação das qualidades humanas acumuladas nos objetos da cultura ocorre de forma mediadora por pessoas mais experientes. Assim, de acordo a Teoria Histórico-Cultural, a criança aprende a ser um ser humano, pois a natureza não oferece o suficiente para seu desenvolvimento. Como afirma Mello, “é preciso se apropriar da experiência humana criada e acumulada ao longo da história da sociedade” (2007, p. 88).

Concordamos com Mello (2007) quando aponta a importância do ensino infantil para a criança a partir da teoria histórico-cultural, pensando na educação em seu papel humanizador. Como afirma a

⁴Este pensamento tem como principais precursores Lev Semenovitch Vigotski, Alexander Romanovich Luria e Alexis Nikolaevich Leontiev, que no início do século XX, embasados no materialismo histórico, buscaram desenvolver uma teoria que superasse a concepção do processo de humanização como algo simplesmente biológico. Segundo Pasqualini, “Vigotski, Leontiev e Elkonin concebiam o desenvolvimento infantil como fenômeno histórico e dialético, que não é determinado por leis naturais universais mas se encontra intimamente ligado às condições objetivas da organização social e não se desenrola de forma meramente linear, progressiva e evolutiva, mas compreende saltos qualitativos, involuções e rupturas” (2011, p. 66).

autora,

A creche e a escola da infância podem e devem ser o melhor lugar para a educação das crianças pequenas – crianças até os 6 anos –, pois aí se pode intencionalmente organizar as condições adequadas de vida e educação para garantir a máxima apropriação das qualidades humanas – que são externas ao sujeito no nascimento e precisam ser apropriadas pelas novas gerações por meio de sua atividade nas situações vividas coletivamente. O conjunto dos estudos desenvolvidos sob a ótica histórico-cultural aponta como condição essencial para essa máxima apropriação das qualidades humanas pelas crianças pequenas o respeito às suas formas típicas de atividade: o *tateio*, a atividade com objetos, a comunicação entre as crianças, e entre elas e os adultos, o brincar (2007, p. 85).

A organização adequada dessas atividades implica em “garantir que a intervenção pedagógica esteja de acordo com as particularidades de cada idade ou período do desenvolvimento” (PASQUALINI, 2010, p. 181). Estas peculiaridades foram elaboradas por Elkonin, pois, de acordo com o autor, determinados tipos de atividades são mais importantes em determinados estágios de desenvolvimento, por isso, estabelece para cada estágio o que denomina de “atividade principal”⁵, que, até os seis anos de idade, divide-se em três etapas: primeiro ano de vida, primeira infância e idade pré-escolar.

Assim, em seu primeiro ano de vida a criança tem como atividade principal a *comunicação emocional direta*. Isto significa que sua comunicação se dá pelo olhar e movimento corporal, fazendo com que o bebê utilize várias formas de interação como o choro, o sorriso, o balbucio. Nessa fase

O adulto leva à criança distintas coisas para que as contemple, movimenta junto com ela o chocalho, coloca em suas mãos os primeiros objetos para que os segure; a criança aprende a sentar-se com ajuda do adulto, o adulto a sustenta em suas primeiras tentativas de colocar-se em pé e andar, etc (ELKONIN *apud* PASQUALINI, 2010, p. 184).

No período seguinte, temos a etapa da primeira infância, que vai até os três anos de idade, quando a atividade principal se converte em *objeto manipulatório*

A exploração e o *tateio* dos diferentes objetos a que tem acesso e as descobertas que realiza nesse *tateio* movem seu movimento até próximo dos três anos de idade, pois por meio dessa experimentação, a criança observa, se concentra, cria modelos de ação que também servem ao seu pensamento, interage com as outras crianças que estão a sua volta, tenta resolver as dúvidas que a manipulação dos objetos gera e, com isso envia importantes estímulos ao seu cérebro (MELLO, 2007, p. 96-97).

Nas atividades com os diferentes objetos as crianças vão descobrindo as coisas ao seu redor, adquirindo experiências e aprendendo a interpretar os objetos e situações. É importante frisar que a participação dos adultos é de suma importância no domínio dessas ações. A partir dos três até aproximadamente os seis anos de idade, o jogo dos papéis sociais se constitui como atividade principal.

(...) a imitação dos adultos em suas relações sociais é o objeto do *faz-de-conta* que se constitui como atividade principal da criança. Nessa atividade lúdica – não produtiva –, são exercidas e cultivadas funções essenciais em processo de desenvolvimento na criança como a memória, a imaginação, o pensamento, a linguagem oral, a atenção, a função simbólica da consciência. Ao se colocar no papel do outro – em geral, adulto que representa no *faz-de-conta* –, a criança

⁵ Vale salientar que a “[...] periodização proposta pelo autor não tem caráter natural ou universal, mas busca compreender como se desenrola o processo de desenvolvimento infantil nas condições históricas objetivas por ele pesquisadas. Nesse sentido, o eixo das análises sobre os períodos do desenvolvimento infantil será a *atividade da criança*, cujo delineamento é social e historicamente determinado” (PASQUALINI, 2011, p. 78).

objetiva seu comportamento num nível mais elevado de exigência social (MELLO, 2007, p. 97).

Quando nos ocupamos dessa teoria, como afirma Newton Duarte, é importante lembrar que “a psicologia histórico-cultural não é e não pode ser uma pedagogia, o que ela pode ser é um dos fundamentos de uma pedagogia” (2013, p. 20). Por isso a relevância em trazer alguns aspectos julgados importantes para a compreensão do desenvolvimento da criança, fundamentando a pedagogia histórico-crítica.

Ao expormos a teoria elaborada por Elkonin, evidenciamos de forma muito objetiva a importância do papel exercido pelo professor da educação infantil. Sua tarefa vai muito além de apenas ser aquele que “estimula e acompanha o desenvolvimento da criança”, é preciso entender que ele é “alguém que transmite à criança os resultados do desenvolvimento histórico, medeia o processo de apropriação dos objetos culturais e organiza a atividade da criança” (PASQUALINI, 2011, p. 76).

Este entendimento nos remete à concepção teórica da Pedagogia histórico-crítica e ao questionamento da possibilidade desta se colocar como embasamento do ensino da educação infantil. A mesma se constitui numa pedagogia contra hegemônica que valoriza a socialização do conhecimento construído historicamente pelo conjunto dos homens.

Nesse sentido, valoriza-se a educação escolar no sentido da transmissão de conteúdos que possibilitem aos alunos “compreender e participar da sociedade de forma crítica”, oportunizando o “diálogo entre professores e alunos, o respeito ao desenvolvimento psicológico dos educandos e superando a visão de senso comum”. Essas ações viabilizam, portanto, a incorporação da “experiência inicial do educando ao universo cultural acumulado historicamente pela humanidade” (MARSIGLIA, 2011, p. 103).

Dessa forma, colocamos o difícil questionamento de pensar como percorrer este caminho sem cair na armadilha exposta anteriormente, de transformar o ensino na educação infantil em uma etapa de antecipação de conteúdos na forma como é trabalhado no ensino fundamental, ou então, se enviesar pelo caminho da espontaneidade enquanto momento de explorar o brincar da criança, sem intencionalidade. Arce realiza um importante apontamento sobre essas questões.

Segundo a autora

Então podemos falar que deve haver ensino na Educação Infantil? Sim! O ensino está permeando todo o trabalho educativo a ser realizado na Educação Infantil! Precisamos deixar para trás a ideia de que quando falamos em ensino este se reduz a aula expositiva, o ensino é a produção intencional da necessidade de conhecer, explorar, descobrir e, para isso a transmissão, reprodução, imitação são essenciais. O ensino na Educação Infantil é o momento em que o professor leva a criança a formar conceitos, a confrontar conhecimentos. Transmite a esta criança todo o conhecimento acumulado pela humanidade e presente nos objetos que nos cercam. O ensino está presente no planejar intencional que deve ser realizado pelo professor das atividades que pretende realizar com as crianças. Ao manipular o corpo da criança, ao pensar junto com ela procurando introduzir um novo conhecimento. Ao explorar com ela o mundo em que vivemos o professor está interagindo e, por meio deste ensinando deliberadamente, intencionalmente. Pois, objetiva com cada movimento seu gerar desenvolvimento, tornar a criança capaz de realizar sozinha aquilo que ainda não consegue, de compreender, de pensar, de imaginar, de criar a partir do mundo que construímos como seres humanos, para ir além (2013, p. 10).

O que se configura diante desta importante afirmação, é o fato de que existe um possível caminho para que ocorra o ensino na infância e que o mesmo deve ocorrer pautado nas concepções apresentadas neste artigo, tanto na questão pedagógica quanto na concepção de desenvolvimento que fundamenta

essa pedagogia.

Ainda de acordo com Arce (apud Pasqualini, 2011, p. 62)

Se as instituições de educação infantil não tiverem por objetivo último o ensino e a aquisição de conteúdos por parte das crianças, o que caracterizaria a especificidade dessas instituições perante outras como, por exemplo, um clube, onde a criança também brinca e interage?

Compreendemos que é de grande relevância que se construa o ensino na educação infantil pautado nesses pressupostos. Esta concepção de educação viabiliza o desenvolvimento integral da criança e proporciona a ela acesso ao conhecimento respeitando as peculiaridades de sua faixa-etária, pois a compreensão de trabalho educativo expressa na pedagogia histórico-crítica se traduz no ato que produz no indivíduo a humanidade que é produzida coletivamente pelos homens (SAVIANI, 2003).

Diante dessas considerações, coloca-se o desafio de buscar a possibilidade de pôr em prática o ensino na educação infantil de forma científica, embasado pela Pedagogia histórico-crítica. Como afirma Juliana Pasqualini

É preciso caminhar na direção da delimitação de finalidades pedagógicas que, fundadas no conhecimento científico sobre as características e peculiaridades do desenvolvimento infantil nesse período, possam superar a mera socialização da criança pequena – expressão maior da redução de finalidades que caracterizou historicamente o trabalho desenvolvido nas instituições de educação infantil (2011, p. 63)

Diante disso, consideramos que a teoria pedagógica histórico-crítica pode contribuir de forma significativa para a superação de práticas ultrapassadas e colaborar na construção de uma educação emancipadora da criança.

Diante dessas considerações, surge o desafio de buscar a possibilidade de pôr em prática o ensino na educação infantil embasado na pedagogia histórico-crítica. Nesta perspectiva, Ana Carolina Galvão Marsiglia realizou uma experiência de intervenção pedagógica numa instituição de educação infantil, relatada em seu livro *A Prática Pedagógica Histórico-Crítica na educação infantil e ensino fundamental* (2011), em que expõe como ocorreu a intervenção evidenciando a possibilidade de embasar a prática educativa nesta etapa da educação, na metodologia proposta pela pedagogia histórico-crítica.

Além disso, na cidade de Cascavel existe a experiência de elaboração do *Currículo para a rede pública de ensino de Cascavel* (2008), que foi construído de forma coletiva que se orienta pelos pressupostos estabelecidos pela Pedagogia histórico-crítica. O mesmo está constituído em três volumes, Educação Infantil, Ensino Fundamental (Anos Iniciais) e Educação de Jovens e Adultos - Fase I e foi implementado na rede no ano 2008.

Em relação à implantação desse Currículo, como salientam Malanchen, Matos e Pagnocelli (2012, p. 2010),

As dificuldades existem e são muitas tanto de ordem política e pedagógica, bem como de questões técnicas, para efetivar este Currículo, mas esses fatores tem sido imprescindíveis para fortalecer a efetivação de um documento coerente e que buscou o envolvimento de todos em sua elaboração e agora em sua implementação. Acreditamos que os resultados positivos que almejamos, devem vir a médio e longo prazo, representado na compreensão dos professores do trabalho educativo que devem desenvolver e na aprendizagem qualitativa dos alunos, bem como em melhores condições de ensino e aprendizagem nas unidades escolares, que o poder público deve garantir.

Estamos de acordo com as autoras que afirmam que existem obstáculos quando se trata de implementar um currículo fundamentado na teoria da Pedagogia Histórico-Crítica. Todavia, salientamos a importância da realização do mesmo tendo em vista sua efetivação. Para isso se faz necessário muito

tempo de estudo por parte dos professores e formação continuada – uma tarefa árdua quando pensamos na escola inserida numa sociedade de classes e que, conseqüentemente, favorece o modo de produção que a rege.

Contudo, não podemos nos conformar. Acreditamos que, coletivamente, podemos realizar uma educação de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino, que proporcione aos alunos uma melhor apreensão dos conteúdos, contribuindo para a humanização do homem em melhores condições de organizar o pensamento e estabelecer relações que permitam torná-lo mais autônomo e consciente em relação ao mundo em que se encontra situado.

REFERÊNCIAS

ARCE, Alessandra. É possível falar em pedagogia histórico crítica para pensarmos a educação infantil? *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 5, n. 2, p. 5-12, dez. 2013. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9695/708>> Acesso em: 22 fev. 2015.

ARIÉS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara. 2ª ed., 1981.

DUARTE, Newton. Vigotski e a pedagogia histórico-crítica: a questão do desenvolvimento psíquico. *Nuances: estudos sobre Educação*, Presidente Prudente, SP, v. 24, n. 1, p. 19-29, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/2150/duarte>> Acesso em: 22 fev. 2015.

IZA, Dijnane Fernanda Vedovatto. MELLO, Maria Aparecida. Quietas e caladas: as atividades infantis de movimento com as crianças na Educação Infantil. *Educ. ver.* Vol. 25 no.2 Belo Horizonte Aug. 2009.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica* – Porto Alegre: Mediação, 1998.

MALANCHEN, Julia. MATOS, Neide da S. D.; PAGNOCELLI, Claudia. A pedagogia histórico-crítica na trajetória histórica e nos fundamentos teóricos do currículo para a rede pública municipal de ensino de Cascavel/PR. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.46, p. 190-204, jun.2012 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/viewFile/3774/3190>> Acesso em: 22 fev. 2015.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. *A prática pedagógica histórico-crítica na educação infantil e ensino fundamental* – Campinas, SP: Autores Associados, 2011. – (Coleção Educação contemporânea).

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. A prática pedagógica na perspectiva da pedagogia histórico-crítica. In: *Pedagogia histórico-crítica: 30 anos / Ana Carolina Galvão Marsiglia (org.)*. -Campinas, SP: Autores Associados, 2011. – (Coleção memória da educação) vários autores.

MELLO, Suely Amaral. Infância e humanização: algumas considerações na perspectiva histórico-cultural. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 25, n. 1, 83-104, jan./jun. 2007.

PASQUALINI, Juliana Campregher. O papel do professor e do ensino na educação infantil: a perspectiva de Vygotski, Leontiev e Elkonin. In: MARTINS, Lígia Márcia; DUARTE, Newton, orgs. *Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/ysnm8/pdf/martins-9788579831034-10.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2015.

PASQUALINI, Juliana Campregher. A educação escolar na criança pequena na perspectiva histórico-cultural e histórico-crítica. In: *Pedagogia histórico-crítica: 30 anos / Ana Carolina Galvão Marsiglia (org.)*. - Campinas, SP: Autores Associados, 2011. - (Coleção memória da educação) Vários autores.

SARAT, Magda. Formação profissional e Educação Infantil: Uma história de contrastes. *Revista Guairacá*, 17:135-158, 2001.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações* – 8.Ed. revista e ampliada – Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

Recebido em: 19/07/2018

Aceito em: 17/08/2018

Publicado em: 31/08/2018